



Sarney garantiu a Fragelli que as nomeações para os 2º e 3º escalões serão aceleradas

## Vice dispensa o decreto-lei

Desde ontem os decretos-leis passaram a ser uma figura sem nenhuma utilidade, que constam do texto constitucional como um resquício do autoritarismo de governos passados, e que serão riscados pela Assembléia Nacional Constituinte. O presidente em exercício, José Sarney, decidiu que não lançará mão deles ou dos chamados decretos-secreto, em nenhuma circunstância. Todos os assuntos serão decididos por decretos presidenciais ou por projetos de lei enviados à apreciação do Congresso Nacional. Outra decisão do presidente em exercício: enviar brevemente ao Congresso o projeto de lei que cria o Ministério de Desenvolvimento e da Reforma Agrária, em substituição ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários.

Sarney também prometeu ao governador do Acre, Nabor Jr., que até o final da semana anunciará o nome do novo governador nomeado do ex-território de Rondônia, já que as negociações com os políticos do PMDB e da Frente Liberal caminham para um acordo satisfatório. Ele só não adiantou qual o nome escolhido, tendo-se porém como certo que será um político com estreitas ligações na região norte do País.

O presidente em exercício passou o dia de ontem acompanhando mais uma vez, através da chefia do SNI, o desenrolar do quadro clínico do presidente eleito, Tancredo Neves. As 17 horas, em audiência concedida ao ministro da Administração, Aluizio Alves, ele mostrava-se desanimado, ao declarar: "Embora no coração desejemos a reversão do quadro, até agora, nada indica que teremos essa reversão". Mas às 19h30, depois de receber um telefonema do neto do presidente eleito, Aécio Neves Cunha, ele mostrava-se

### Compromisso é assegurado

O presidente interino José Sarney vai cumprir os compromissos assumidos pelo presidente Tancredo Neves para a formação do segundo escalão do governo, e solicitou aos dirigentes do PMDB e da Frente Liberal que procurem o consenso da indicação dos nomes, a fim de evitar preterições e facilitar a composição. Sarney revelou sua intenção ao receber, ontem, uma comitiva de coordenadores das bancadas dos Estados nordestinos, liderada pelo deputado Fernando Santana (PMDB-BA).

Os doze deputados representando todos os Estados nordestinos disseram ao presidente em exercício que a indicação dos nomes para o segundo e terceiro escalões não pode mais ser protelada, com o que concordou Sarney, embora chamando a atenção para a delicadeza da situação política em virtude da doença do presidente Tancredo

mais animado: "Não vamos perder as esperanças. Vamos continuar firmes", disse ele a Aécio, depois de saber que Tancredo apresentava melhoras.

Dois aborrecimentos marcaram também o dia do presidente em exercício, ontem: uma notícia publicada na revista "Veja", de que ele estaria magoado com Aecinho, por este ter indicado nomes da preferência de Tancredo para o segundo escalão. O aborrecimento não procede, e ele transmitiu isto ao neto do presidente eleito. O presidente da Empresa Brasileira de Notícias (EBN), Carlos Marchi, também está ciente de que as demissões em massa que vêm promovendo na empresa não têm a concordância do

Neves. Mas Sarney reconheceu que a administração não pode ficar mais tempo limitada e frisou que as nomeações serão feitas no mais breve espaço de tempo possível, respeitando os acordos efetuados pelo presidente Tancredo Neves.

Antes de ficar doente, Tancredo estabeleceu que os cargos dos escalões intermediários seriam distribuídos proporcionalmente à participação de cada Estado para a vitória da Aliança Democrática, reduzindo-se a oferta de cargos para os Estados que foram contemplados com Ministérios. Os parlamentares nordestinos pediram a Sarney para ser discutido, nas bancadas, o detalhamento do projeto Nordeste, que destinará 12 bilhões de dólares para a região nos próximos 15 anos, e ao mesmo tempo, apresentaram solidariedade ao seu Governo.

ocupante interino do Palácio do Planalto. A atitude do presidente da EBN, para Sarney, foi no mínimo inoportuna, mas ele não quis ferir a sua autoridade, determinando o reexame da demissão de 10 jornalistas de uma vez, esperando que o próprio Marchi se encarregue de desfazer o mal-estar. Seu gesto, sustou novas demissões na EBN, que vinham sendo anunciadas.

Com uma agenda muito mais folgada em relação aos 30 primeiros dias à frente do governo, o presidente em exercício dedicou-se mais ontem a responder por assuntos administrativos nos despachos que teve com os ministros de Estado e com as lideranças políticas do governo

no Congresso. "A prioridade nº 1 do presidente Sarney é o País. A saúde do presidente Tancredo Neves causa apreensão, tensão, desalento e tristeza, mas a máquina administrativa não pode parar", afirmou o assessor de imprensa, Fernando César Mesquita.

Nas conversas que manteve ontem com os jornalistas, Mesquita encarregou-se de procurar desfazer a impressão de que a máquina está paralisada com a doença de Tancredo. "Vocês devem estar lembrados que no discurso do próprio presidente eleito, lido pelo presidente Sarney a todo o Ministério, ele pediu uma trégua de 90 dias para fazer um levantamento da situação, e então começar a agir. O presidente Sarney, pelas circunstâncias em que assumiu o cargo, até que se tem adiantado em algumas questões".

Outros assessores do presidente em exercício revelam que ele vem sofrendo pressões de dentro do próprio ministério anunciado por Tancredo, com a finalidade de "ocupar os espaços possíveis" dentro de um governo de interinidade, pelo menos até o momento. E até identificam os protagonistas destas pressões: os ministros Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações, Carlos Sant'Anna, da Saúde, Pedro Simon, da Agricultura, e Roberto Gusmão, da Indústria e do Comércio. A base de sustentação está com os ministros Ivan de Souza Mendes, do SNI, Hugo Castelo Branco, do Gabinete Civil, Marco Maciel, da Educação, Aureliano Chaves, das Minas e Energia, Olavo Setúbal, das Relações Exteriores, Fernando Lyra, da Justiça, José Aparecido, da Cultura, e Ronaldo Costa Couto, do Interior e que foi designado interinamente para o governo do Distrito Federal.